

# O QUE UMA SIMPLES VOLTA NA PRAÇA PODE DIZER SOBRE NÓS: UM ESTUDO SOBRE NARRATIVA ORAL E O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO MÉDIO TIETÊ

## WHAT A SIMPLE WALK IN THE SQUARE MUST SHOW ABOUT US: A RESEARCH ABOUT THE ORAL NARRATIVE AND SOCIO-HISTORICAL CONTEXT OF MÉDIO TIETÊ

GARCIA, Rosicleide Rodrigues<sup>1</sup>

DIAS, Fábio Garcia<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo traça um perfil corriqueiro de comunicação oral no que se refere à produção de tradição oral e de narrativas e sua representação no contexto sócio-histórico e antropológico, por meio de oito narrativas coletadas em cidades do Médio Tietê (Capivari, Itu, Tietê, Porto Feliz e Piracicaba). O elemento base do estudo é o relato comum dos moradores sobre o passeio que faziam pela praça em meados do século XX. Meramente tido como um entretenimento, a pesquisa demonstra como um passeio pode se tornar o principal difusor de relacionamentos conjugais e de cultura, testemunhando a organização e a distribuição de papéis sociais entre seus membros. Desta maneira, observando o desenvolvimento das narrativas (cf. FERREIRA NETTO, 2008), foi possível verificar os elementos de composição de uma narrativa oral, além de reconhecer o papel das pessoas na sociedade a que pertenciam.

**Palavras-chave:** Tradição oral. Antropologia. História. Estudos de linguagem. Dialeto caipira.

### ABSTRACT

Through of eight narratives that was collected in the cities of the Médio Tietê (Capivari, Itu, Tietê, Porto Feliz e Piracicaba), this article is about an ordinary profile in the oral communication in relation to the production of the oral tradition and narratives and its representation in the socio-historical and anthropological context. The elementary base of the study is the common dialogue among the people about the walk on the square in the middle of 20<sup>th</sup> century. Although the walk had been perceived as an entertainment, the research revealed how a walk can be one of the principal vectors of the conjugal relationships and culture, and how the organization and social distribution of the social papers were viewed among its members. In this way, second Ferreira Netto (2008), the oral elements was analyzed, besides of the people papers were particularly recognized in their society.

**Keywords:** Oral tradition. Anthropology. History. Language studies. Caipira dialect.

## 1 INTRODUÇÃO

Contrariamente ao que muitos podem pensar, os estudos linguísticos exigem, muitas vezes, mais do que a compreensão da gramática, o reconhecimento de variações linguísticas ou a leitura de um texto buscando informações apenas nele mesmo. Principalmente quando se trata de estudo

---

<sup>1</sup> Doutora em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP. Pesquisadora nos projetos História do Português Paulista (PHPP) e ExProsodia da Universidade de São Paulo (USP). Endereço eletrônico: rhozzi@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em História e Filosofia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA), Santo André, SP. Mestrando em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP. Endereço eletrônico: fabiogdias@gmail.com.

de oralidade por meio de narrativas, antes mesmo de se iniciar a pesquisa com os moradores de uma determinada região, torna-se imprescindível o reconhecimento dessa localidade por meio de sua história e aspectos sociais. Logo, o pesquisador precisa de elementos de outras ciências para poder fazer plenamente o seu trabalho.

Tal abordagem já fora observada por Saussure (1995, p.13) ao mencionar que “a linguística tem relações bastante estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestado como lhe fornecem dados”.

Desta forma, este artigo corrobora com a citação de Saussure, pois, ao buscar as narrativas orais dos moradores das cidades do Médio Tietê – Capivari, Porto Feliz, Tietê, Piracicaba e Itu – para o Projeto História do Português Paulista<sup>3</sup>, ele promove um estudo linguístico e sócio-histórico. Linguístico porque, por meio da análise das falas dos informantes, observaram-se aspectos que reiteram os estudos de Labov (1997) sobre as narrativas pessoais. E sócio-histórico, por as narrativas apresentarem coincidentes traços sociais e antropológicos representativos de um período e que se tornaram parte da história das cidades onde determinados fatos aconteciam.

No caso, durante o levantamento dos *corpora* das cidades citadas, foram notadas algumas práticas comuns, uma espécie de rito, no interior de São Paulo. Ocorrendo em cidades constituídas pelo progresso do bandeirantismo (HOLANDA, 1976), o rito em questão manifestava-se num espaço de convívio próprio: a praça. Por vezes chamada de “jardim público”, ou apenas “jardim”, a praça localizava-se próxima ou em frente à igreja principal, por onde jovens solteiros caminhavam a fim de encontrar um par. O sentido e o local em que se circulavam na praça, por exemplo, identificavam a categoria social do indivíduo que ali estava. Dessa maneira, a manutenção do rito da “volta na praça” apresenta a manifestação de uma linguagem dotada de um valor simbólico expresso por uma imagem reconhecível socialmente dentro dessas comunidades (SCHIMITT, 2007) que, conseqüentemente, estende reflexos nas outras esferas da comunicação entre os indivíduos, daí reconhecendo-se a importância da investigação de tal manifestação como ritual.

Por tudo isso, não apenas se reconheceu a necessidade de um estudo da Memória Histórica e Coletiva (HALBWACHS, 1990), como também trazer à tona a compreensão de algumas práticas sociais que aparecem em simples histórias de um cotidiano que nem sequer existe mais, mas faz parte de quem somos.

### 1.1 Levantamento do *corpus* e metodologia adotada

Para a coleta do *corpus*, foram realizadas entrevistas com habitantes em alguns municípios do Médio Tietê no interior de São Paulo. Os informantes eram homens e mulheres de escolaridade baixa, com idade acima dos 60 anos e que passaram a maior parte de suas vidas em suas cidades natal.

Esses informantes foram abordados aleatoriamente no local em que moravam. No caso, eles não pertenciam a nenhuma rede de conhecimento, não sendo um amigo ou parente de outro, pois,

---

<sup>3</sup> O Projeto de História do Português Paulista (PHPP) é um conjunto articulado de Subprojetos situados na Área da Linguística Histórica do Português, centrados nos objetivos de (a) coletar, organizar e disponibilizar *corpora* diacrônicos do Português Paulista, de modo a apoiar pesquisas sobre essa variedade; (b) analisar tais *corpora* por meio (i) estudo da variação e mudança gramatical, dos ângulos funcionalista – cognitivista e gerativista, com ênfase nas classes de palavras e nas construções sintáticas; (ii) estudo da formação das variedades culta e popular e da difusão da popular na região do Médio Tietê, paralelamente ao traçado sócio-histórico do Português Paulista; (iii) estudo de gêneros discursivos e de processos de construção textual, sob as perspectivas crítico-discursiva e textual-interativa. Disponível em <http://phpp.fflch.usp.br/>. Acesso em 24 fev 2018.

de primeiro momento, a pretensão da pesquisa era justamente buscar elementos semelhantes em sujeitos distintos. Tal decisão se deveu, porque, segundo Labov (2001), as pessoas próximas tendem a apresentar comportamentos análogos, e esse não era um objetivo da pesquisa.

Além disso, também se primou pela naturalidade da fala, de modo que os falantes se sentissem à vontade enquanto narrassem suas histórias, e, para isso, não houve uso de questionários. Os pesquisadores solicitavam que os informantes contassem sobre o passado, a forma como conheceram seus cônjuges, as lembranças de criança, etc. Ou seja, procurou-se a espontaneidade, não importando as falas monitoradas ou respostas prontas.

Logo, por meio dos relatos compôs-se um registro de história oral. Desses registros de memória, oito informantes, de regiões diferentes (Itu, Capivari, Piracicaba, Tietê e Porto Feliz), contaram-nos sobre a manifestação do rito comum naquela região sobre as práticas do flerte na primeira metade do século XX, objeto de discussão deste artigo.

Sendo assim, para a análise dessas narrativas, seguir-se-ão os modelos sobre os estudos de narrativas e tradição oral orientada por Ferreira Netto (2008), pois, segundo o autor, “essa forma de documentação de eventos na memória individual é um dos meios institucionalizados próprios das sociedades para garantirem a sua identidade e sua permanência” (id., p.17). Assim sendo, para reconhecermos esses modelos, será analisada a forma como a narrativa foi realizada, levando-se em conta os fatos que se repetem entre vários indivíduos.

Dentre eles, a escolha temática que envolvia indignações morais<sup>4</sup> foi a mais recorrente, já que os encontros na praça eram geralmente introduzidos com um tom saudosista, e a memória de que “antigamente era muito diferente de hoje e havia mais respeito” - comumente dito pelos moradores - sempre aparecia nos diálogos. Por esse motivo, o rito da praça foi tão preterido em suas histórias.

## 1.2 O Médio Tietê

A região do Médio Tietê compõe uma larga área a oeste da capital paulista formada por cidades, em sua maioria, originárias do movimento bandeirante no século XVII, acompanhando a margem do rio Tietê e que marcam os pontos de partida das monções (HOLANDA, 1976).

A origem de tais cidades está relacionada diretamente ao abastecimento das missões bandeirantes e, portanto, a vida econômica, nesses primeiros aldeamentos que deram origem às cidades, conecta-se a uma dupla função: a da lavoura e a do comércio, constituindo assim um núcleo urbano cercado de uma periferia rural que dialoga entre si. (CANDIDO, 1975).

Entre os relatos coletados, encontraram-se registros do rito da “volta na praça” nas cidades de Capivari, Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Tietê, demonstrando um comportamento comum cuja origem ainda é ignorada, mas cuja transmissão deve ser reconhecida pelo intercâmbio entre os indivíduos locais. J., de Porto Feliz, descreve a circulação entre as cidades da região que fortaleciam o mesmo rito nos diferentes espaços.

A minha lida era assim... encontrava um cinco seis colega pegava a perua combi ou taxi i no sábado a gente ia pro Tietê ou domingo que seja i não tinha horário... tinha esse horário nove i meia mas nunca fiz esse horário nove i meia... era hora de começá a pensá de sai da onde eu tava e í pra otro lugar... i... tinha festa em Boituva... a gente ia em Boituva... tinha festa em Capivari, eu ia em Capivari né?

---

<sup>4</sup> Segundo Labov (1997), os eventos mais relatáveis são os que tratam de morte, sexo e indignações morais.

## 2 O NÚCLEO URBANO E SUAS MEMÓRIAS

Há de se lembrar que o movimento bandeirante, responsável pela formação das ocupações urbanas do Médio Tietê, esteve intimamente ligado às missões jesuíticas na catequese das comunidades indígenas. Relacionando-se essa informação ao reconhecido papel da Igreja Católica no processo civilizatório, dá-se o tom para a organização do núcleo urbano caracterizado por três elementos básicos: a presença do Estado (a prefeitura, o tribunal, a cadeia pública, etc); a presença da Igreja Católica (com a igreja e seu núcleo de catequese e de celebrações); e o espaço de convívio público (a praça, o mercado, etc). Esse espaço de convívio público reforça os laços de comunidade entre os indivíduos que ali convivem (RIBEIRO, 1970).

Em relação aos espaços públicos do núcleo urbano anteriormente destacados, segundo Engels (2014), o local reservado ao Estado é, dentre eles, o que apresenta o maior distanciamento do indivíduo comum que reconhece sua distinção da figura de autoridade (o juiz, o delegado, o representante público, etc.). Na igreja, por sua vez, apesar da imagem de autoridade eclesiástica, há ali um sentimento comunal que dá ao indivíduo um senso de apropriação do espaço. Na praça, contudo, a autoridade mostra-se diluída, e a distinção social expressa-se pelo reconhecimento da origem do indivíduo e de seu papel social, com peso semelhante à forma como se manifesta nos demais lugares.

A praça é, por si, um espaço de domínio público. Não há nenhuma autoridade que se aproprie do lugar, apesar de também a ocuparem. Dessa maneira, como o rito da volta na praça é cumprido por jovens em busca de um enlace amoroso, não há, nos depoimentos coletados na pesquisa, quaisquer referências à presença de adultos que perturbassem o flerte dos jovens. Assim, qualquer dirigente que se fizesse presente estaria deslocada no ambiente.

Tal ambiente, aparentemente democrático, contudo, não é desprovido de uma determinada hierarquia social. Há na praça uma divisão social do espaço que, apesar de não possuir regras explícitas, revela o comportamento dos indivíduos. Absorvidos pela observação daqueles que já frequentavam o rito anteriormente à sua introdução, o sujeito é levado a reconhecer o seu lugar no espaço ao lado de seus pares.

Deste modo, o espaço de cada pessoa na praça se dá, entre outras coisas, pela etnia e pela camada social. A informante A.C.B.T., nascida em 1948, cabeleireira que sempre residiu na cidade de Capivari, descreveu a divisão do local de passeio da praça entre negros e brancos, ao relatar como conheceu o seu marido:

Nóis conhecemu assim na praça... foi na praça... aí na praça porque antigamente a praça era diferente... num sei se você já percebeu alguma coisa pela cultura da cidade... era assim ela toda tinha uma cerca nu jardim qui nem uma cerquinha qui chamavam né? Então os branco davam a vorta por dentru e os negru eram por fora... era assim a tradição da cidade...

Divisão semelhante entre negros e brancos na volta na praça também é encontrada no relato da informante A.P.L., nascida em Tietê:

Meu marido? Eu conheci ele por daqui de Tietê... ele era de Tietê também... intão ele morava ali em cima lá na Aparecidinha ali... no bairro de Aparecida e eu morava no areão... intão a gente vinha na praça aqui de noite e se conheceu aqui... na praça aqui a gente dava volta... os home... as mulhe... os home no meio e as mulher nas berada... se encontrava assim... era legal viu? eu falei que agora num tem mais isso... acabo essa coisa aqui em Tietê... mais era assim... e principalmente os negro tinha que andá nas rua de fora... era separado sabe? Era separado... não... porque ali tem duas né? Intão ó... no meio lá no meinho lá no

meio os home andava no meio... nas beiradinha andava as mulher... na outra calçada... ai de fora era os negro...

A separação entre negros e brancos em tais comunidades buscava estabelecer não apenas uma segregação étnica, mas também uma segregação social. Ainda hoje, encontra-se, nessa região, uma identificação clara das regiões mais carentes predominantemente ocupadas por uma população negra. O informante J., nascido em 1944 e residente na cidade de Porto Feliz, afirmava que havia ainda uma restrição do acesso às “moças ricas” da cidade:

Num sei se você passou na praça aí... ela é do tipo quadrado aí... tem um largo assim... im frente a matriz... as mulheres iam por fora i os homes estariam ao contrário né? a mulher subia e o home descia... i ficava girando na praça por dentro e a mulher por fora... não misturava as mulhere rica com as mulhere pobre... não essa parte não... não frequentavam... frequentavam mais o clube recreativo que ficava aí em frente... na rua... elas frequentava a rua... maior parte... não misturava... elas memo era cheia de coisinha... todas... eu num sei como falar a palavra...

A ocupação do espaço estava, portanto, ligada diretamente às famílias que ali habitavam, e o flerte, destinado à união futura, deveria ser filtrado pelo contato entre os casais possíveis. Todavia, ressalta-se que casais formados por pares de famílias que não se encontravam na mesma categoria social não eram tolerados. Por isso, a existência do Clube Recreativo, na cidade de Porto Feliz, dava a seus habitantes mais afortunados um espaço privilegiado para os enlances entre os jovens das famílias de prestígio.

Tal comportamento em Porto Feliz, comparado à segregação comum entre negros e brancos nas demais cidades, leva a crer que o encontro no rito da volta na praça se dava entre aqueles que pouco tinha a oferecer nas alianças entre famílias, e isso lhes trazia maior liberdade para escolher seus pares, desde que tal enlace não envolvesse as camadas mais excluídas da sociedade.

### 3 A VOLTA NA PRAÇA

Como dito, a volta na praça era um rito de flerte, e a praça se convertia num espaço de encontros noturnos entre jovens dispostos a encontrar um par. Segundo os relatos, havia uma preparação para o rito: “nesses giro... o vistido era bonito... arrumadinho... só andava de terno... terno gravata... terno de linho gravata... a gente dexava entrá na estica...”, afirmou J., informante de Porto Feliz. Ir à praça significava ver e ser visto, e, já que a disposição de jovens prontos a algum enlace era numerosa, era necessário destacar-se em meio à multidão.

Ao chegar a esse espaço, o jovem instintivamente seguia a multidão acompanhando seus semelhantes, seja a similaridade estabelecida pelo sexo ou pela etnia. As normas para o comportamento não precisavam ser explicadas, mas compreendidas pela observação. Logo, a praça convertia-se numa pista contínua em que os jovens contornavam: os rapazes na parte interna, e as moças na externa, circulando em sentidos opostos de forma que todos pudessem se observar, cruzando-se duas vezes a cada volta na praça. Iniciava-se aí um processo de seleção em que os indivíduos reconheciam aqueles que consideravam mais atraentes e passavam a demonstrar seu interesse, esperando reconhecer sinal de retribuição do par escolhido. Nas palavras de J.G.P. de Tietê, “daí a gente ia andando, intão a gente encontrava... tinha umas que dava uma olhadinha na gente... dá olhava e a gente podia...”.

A partir desse encontro concedido, o par era realocado. Assim, o novo espaço do casal podia variar. Em alguns casos, formava-se uma terceira fila, mais externa que a fila feminina, e circulavam os casais, ainda caminhando em círculos. Noutras situações, o destino do par era o centro da praça, onde se acomodavam em algum lugar. Em ambos os eventos, o objetivo era o mesmo: conversar e conhecerem-se melhor. Caso o par se desse por satisfeito com a escolha, o casal estava formado e entrava-se num novo estado de relação estabelecida, senão retornavam à volta na praça em seus próprios círculos a fim de encontrar um novo par.

O rito possuía também um período determinado. Iniciava-se com a chegada da noite, contudo, não avançava muito noite adentro. J.G.P., de Tietê, declara que havia uma ordem pré-estabelecida para o encerramento do rito que podia contar com a presença do Estado para manter a ordem pública:

Inf. 1: sabe que tinha na praça aí? Dentro... ali no miolo dentro as moça andava de um lado e os moço de contra... assim... e aqui nessa de fora andava os casar de namorado... naquele tempo... quando era deiz hora tinha um guarda... um tar de Juca... ele chegava e cercava... todo mundo tinha que i imhora... deiz hora limpava o jardim... agora sai de casa meia noite onze hora... lá também é assim num é?

Inf. 2: naquele tempo a turma respeitava né? hoje

Inf.: deiz hora ele cercava... todo mundo imhora...

Doc.: fechava a praça?

Inf.: é... chegava na na... ali na vorta do coreto ali... chegava “parô”... deiz hora todo mundo ia imhora... hoje a criançada sai de casa onze hora meia noite... ôi como mudô, não?

B.T.B., de Itu, revela que os casais comprometidos ainda utilizavam esse espaço para encontrarem-se regularmente:

É... aí o namoro foi assim... eu trabalhava no maria cândida i ele morava ali no morru no teatro que falava, i daí ele ficava na porta cum os amigo dele i eu passava pra i trabalhá... aí a gente si conheceu ali... daí comecemo a namorá... daí a gente vinha pra praça... dava volta na praça... até ele tem um irmão assim dele que é assim a cara dele né? i intão fazia duas vezes que eu tinha saído com ele... aí eu me confundi o meu marido com o irmão... aí ele chegou.. aí eu falei “ah... já é oito hora”... “mas eu não sô o João... sou o Nelson”... “ai... desculpa” aí eu saí toda sem graça assim... porque ele era muito parecido né? intão eu me confundi eu... o irmão dele... mai daí a gente namoro cinco anus... daí casamo...

A abordagem agressiva de B.T.B. àquele que acreditava ser seu par, “ah... já é oito hora”, demonstra sua preocupação com o curto período que poderiam desfrutar da companhia um do outro, seja por uma intervenção tão direta quanto a do guarda Juca de Tietê, seja por uma cobrança mais doméstica estabelecida por seus pais.

Atualmente, no interior de São Paulo, o rito em si desapareceu, todavia a praça ainda guarda a função de espaço para encontro noturno de flerte dos jovens da cidade.

#### 4 O RELACIONAMENTO DOMÉSTICO

A liberdade que os jovens tinham para flertar com outros jovens na praça não encontrava reflexo no espaço domiciliar. Assim sendo, a praça era o campo de prova para o relacionamento doméstico. Isso se deve, porque, ao introduzir o par no seio familiar, transformava-se o relacionamento numa preparação para o casamento. M.P.G., de Piracicaba, afirma o valor de introduzir um rapaz ao

convívio com seus pais, como visto no seu relato: “Mais mais a moça só levava em casa o moço que ela ficava sabendo que ela casava com ele... ela gostava principalmente como eu... só levei na casa... dentro da minha casa conhece a minha família quando eu sabia que eu gostava dele e era só ele...”.

O namoro ocorria na casa da moça, sob a vigilância dos pais dela, e o relacionamento não podia se alongar por muito tempo. Quando o namoro deixava o meio público (a praça) e mergulhava no âmbito privado (a casa da moça), a liberdade do flerte dava espaço ao comprometimento. Entrar em um relacionamento significava abrir mão de uma liberdade para ser introduzido na vida adulta, desvinculando-se da tutela dos pais e admitindo uma autonomia. Tal relação é muito mais explícita para as moças do que para os rapazes e, pelo que as fontes indicam, o poder de decisão sobre o caminho da relação estava nas mãos delas, pois eram elas quem decidia introduzir o futuro marido ao seu meio familiar.

O rito do relacionamento doméstico parecia estar sob a autoridade do pai da moça, conforme J.G.P., de Tietê, relata:

Aí se o velho falava que podia aí então nois podia namorá de sábado e domingo... só que de sábado podia namora até as deiz... de domingo ele falô “se pudê imhora oito hora oito i meia... segunda fera ia trabalha intão não pode i muito tarde”... daí eu lembro como se fosse hoje “tem prazo pra casá” ele falo assim “quando pudê casa, avisa seis meis antes”... tá bom... aí quando se arresolveu casá daí falei pra namorada: fale pro seu pai que a gente tá resolvido casá...

Contudo, é necessário lembrar que a moça, ao decidir levar o rapaz da praça para o lar, reconhecia a tradição e, ao introduzi-lo ao seio doméstico, deixava-o, assim como a seus pais, sem opção de não levá-la ao matrimônio.

A liberdade das moças era limitada pelo comportamento ético estabelecido socialmente, portanto, era preciso que elas reconhecessem claramente as regras desse comportamento para manipulá-lo a seu favor em prol de sua autonomia. A moça disponível para um relacionamento gozava da liberdade de frequentar a praça junto àqueles de seu círculo social, dado pela sua etnia ou pelo capital de sua família. Nesse espaço, ela era livre para flertar com os rapazes e selecioná-los de acordo com suas perspectivas. Todavia, seu poder de seleção estava limitado a seu poder de atração sobre seus pares pelo círculo social a que pertencia e ao tempo, tendo em vista que ela não seria sempre jovem. Ao identificar aquele que a moça considerava um par ideal, após alguns encontros realizados no espaço público, esta tomava a decisão de introduzi-lo ao espaço doméstico e, a partir daí, era um caminho, em teoria, sem volta. M.P.G., de Piracicaba, descreve sua compreensão dessas regras sociais: “Mai era um namoro sério... quando a gente pegava namorá um moço, tinha que sê aquele... o pai exigia que a gente tivesse juízo bastante e casasse cum aquele que começô a namorá... a gente sempre dava um jeito né?”.

J.G.P., de Tietê, na citação anterior, e M.P.G., de Piracicaba, descrevem o rito do relacionamento doméstico sob o signo da vigilância dos pais da moça, controlando os horários e as durações dos encontros. M.P.G., ao depor com mais desenvoltura, explícita em detalhes o controle que a família da moça tinha sobre o rapaz:

Ele podia chegá a se:te quando era de sábado... e í embora as deiz... e aos domingo nove horas... porque eu trabalhava na roça.. intão ele falava/ meu pai falava pro namorado quando pedia em casa... porque naquele tempo usava pedir pros pais... e daí tinha horário de entrada e horário de saída... num era... [...] Meu pai num ficava junto mai minha mãe ficava na cozinha... tocava fora uns gatos... quando tocava fora uns gato e ele tinha que sabe que tinha que í embora... [...] Ah... já que... quando o moço entrava em casa ele já tinha toda a ordem da

familha... tinha ordem de entrada... ordem de saída... num saía pra uma festa... num levava a gente... meu pai num deixava... e nem ele ia tamém né? nem eu ia nem ele ia...

O controle das permanências e comportamentos do rapaz pela família da moça também são bem reconhecidas por P., de Itu:

Não era bom... mais só qui era assim saía com o namorado e já voltava pa casa... ficava ali no portão né? ficava no portão da casa ali até nove e meia né? i as vezes si a pessoa tinha mesmo interesse pa casamento como meu marido quinze dias já tava namorando dentro de casa... mai tinha horário pa gente... né? i inclusive o meu padrasto ficava bravo comigo i falava assim... po meu namorado qui hoje é meu marido falava assim “ó nove hora você pode puxá o carro viu? cê você não fô imhora eu trupelo você daqui ó” ... era assim filho... era assim... acho qui você num pegô esse tipo aí né? cê é nova ainda num pegô... i pa namorá também minha mãe sentava du lado... na sala... num era sofá não era caderinha né? caderinha almofadinha tudo bonitinho tal... aí ela já incostava... [...] i ela via o movimento da gente... entende? i zolhava... nossa... minha mãe quando era deiz hora quinze pa deiz no máximo máximo deiz hora ela rum rum... ela já tussia i tinha que saí fora... eu falei “intão vai embora que minha mãe já tá tussino”... i ele tinha que i... entende? i naquele tempo... i hoje a gente já fala “nossa como as coisa muda” né? as veiz eu e meu marido pa você vê a gente já tem quarenta e quatro anos de casado i... cê vê hoje... ela é minha neta né? intão i a gente vê as coisa tudo mudada né? falo pas coisa... num tão nem aí nem tchum né?... fica difícil né? mais aquele tempo dava até pa distrair um poco né? i... daí o casamento era a solução num tinha otro jeito... eu num podia saí... saí com o namorado tinha que levá irmã junto... ou intão tinha que levá o irmão tinha que comprá um punhado de bala pa ficá namorano iscundidinho...

Ao aceitar o convite da moça para conhecer sua família e passar a conviver nesse ambiente doméstico, o rapaz não possuía muito mais alternativas. Seus próximos passos seriam pedir a benção do pai da moça (que dificilmente seria negado), conviver sob a vigilância constante e organizar, com brevidade, os preparativos para o casamento. Voltar atrás diante de um compromisso firmado pela transição do flerte público ao relacionamento privado poderia significar uma desgraça social, lembrando que os pares possíveis a serem encontrados limitavam-se ao espaço restrito de uma praça dividida pela etnia. O par desmanchado seria facilmente reconhecido na volta da praça, e o cortejo tornar-se-ia inseguro.

Outra questão relevante, quanto ao rito do relacionamento doméstico, refere-se ao horário estabelecido para os encontros. O registro da memória de P., de Itu, supracitado, revela que tais encontros domésticos continuavam sendo noturnos e aos finais de semana, iniciando logo após anoitecer e com uma duração maior aos sábados que aos domingos. Tal prática era justificada, pois na segunda-feira, pela manhã, todos deveriam acordar descansados para os compromissos profissionais. Logo, percebe-se ser uma vida de famílias trabalhadoras, pois, ao menos quanto a esse aspecto, não se demonstra haver diferenças entre os casais de brancos ou negros, sendo que no âmbito doméstico as regras são as mesmas. Rapazes que não aceitassem claramente as normas de comportamento e períodos de permanência, rigidamente vigiados pelos pais da moça, podiam se entendidos como pares que não teriam postura de trabalhadores. H.P., de Piracicaba, descreve o que se esperava de um par ideal: “Provisão... boa profissão... boa iscola né? I conhecimento né? Ser menos burro que os otro era uma atividade boa já...”

Desta forma, percebe-se que o casamento era um investimento de futuro, um negócio em que poucos capitais estavam envolvidos, mas capitais extremamente significativos para essas



famílias de poucos recursos. O jovem casal iniciava sua vida autônoma dotado de pouco mais que sua capacidade de construir uma vida nova, e isso se demonstrava por sua aptidão pelo trabalho, disciplina e continência, reconhecida pela experiência e vivência dos pais da moça.

## 5 OS ELEMENTOS DA NARRATIVA ORAL

Para caracterizar as narrativas pessoais, Labov (1997) estabeleceu que alguns traços comuns são seguidos, como a organização temporal da narrativa, tipos temporais de sentenças narrativas, tipos de estruturas de sentenças narrativas, avaliação, forma dos relatos, credibilidade, causalidade, atribuição do elogio e da culpa, ponto de vista, objetividade e resolução.

Ainda segundo o autor, nas narrativas dos informantes, o uso de junturas temporais (vínculos entre as sentenças, de modo que não possam ser invertidas), sentença sequencial (relação com a ordem de ocorrência), sentença narrativa (conjunto de junturas temporais), modo *realis* (modo indicativo do verbo), sentenças livres (independem de complementar informações), sentenças presas, modo *irrealis* (modo subjuntivo) e marca de finalização são elementos presentes na organização. Em nossos *corpora*, tipos temporais, tipos de estruturas, credibilidade e resolução foram os elementos que mais apareceram nos relatos.

O fato é que a coleta desses dados ocorreu de modo diferenciado ao que acontece num diálogo comum: os informantes, por exemplo, não precisavam se preocupar com a troca de turno<sup>5</sup>, pois os pesquisadores se demonstravam como bons ouvintes. Todavia, a presença de sentenças livres é relativamente numerosa, pois estas eram utilizadas com valor fático, como visto neste trecho em que a informante A.P.L. de Tietê conta-nos sobre seus gostos por roupas feitas com um determinado tecido:

E feiz um vestido com dedinho pra mim... nossa... eu inculhidinha com medo com vergonha... tímida do jeito que eu era... *hoje mudô muito né? naquele tempo eu era tão tímida meu deus do céu... até de chegar perto de gente eu tinha uma vergonha... mai... foi assim né?* agora diferente diferente mesmo... não tem tanta coisa diferente não... bom... *tem gente que acha que tem né? eu pra mim por que eu nunca... sabe?* porque eu me casei eu tinha vinte três anos... *tenho três filhos né?*

Nesse trecho, além do mencionado, também se percebe o uso das sentenças livres auxiliando na mudança de assunto. Após contar sobre o vestido, iniciou-se uma narrativa sobre o próprio casamento. Tal recordação deu-se por intermédio das lembranças trazidas pelo uso dessas sentenças.

Ademais, nessa lembrança do passado, a utilização das sentenças sequenciais correlacionando à ordem cronológica dos fatos é algo essencial. Por conseguinte, por meio delas nossos enunciadores relativizavam o período mais antigo com o atual. De acordo com Labov (1997), as indignações morais são um dos assuntos favoritos de seus enunciadores, e, durante o processo de narrativa, é natural que o informante estabeleça uma relação de protagonismo e antagonismo entre os seus personagens. Tais técnicas tornam a narrativa mais atrativa, fazendo com que o receptor se mantenha atento à história contada.

---

<sup>5</sup> A troca de turno ocorre quando uma pessoa deseja participar do diálogo. Desta maneira, o silenciamento do enunciatador pode indicar permissão para que o receptor saia de sua posição passiva e assuma o lugar de emitente da mensagem. Por vezes, a troca de turno pode ocorrer independentemente da vontade do enunciatador: num silenciamento rápido para término momentâneo de sentença, por exemplo, o receptor pode tomar-lhe o turno. Por isso, é comum que o enunciatador tente conservar seu turno por meio de técnicas narrativas que mantenham o receptor como ouvinte.

Deste modo, tais considerações aparecem no *corpus*, mas não necessariamente apresentando agonistas pessoais, mas o próprio tempo, demarcando sua moralidade entre o passado e o presente. Tal exemplo pode ser visto na narrativa de J.G.P. de Tietê, quando diz: “é... chegava na na na... ali na vorta do coreto ali... chegava “parô”... deiz hora todo mundo ia imhora... *hoje a criançada sai de casa onze hora meia noite... ói como mudô não?*”

Quanto ao uso de modo *realis* e *irrealis*, por se tratar de narrativas que falavam predominantemente do passado, o modo *irrealis* praticamente não foi requisitado. Em todas as fontes, percebe-se o uso majoritário de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. Por vezes, temos a presença do mais que perfeito composto, mas, de modo geral, a referência é um determinado período de tempo, como visto no relato de J. de Porto Feliz, em que o imperfeito é bastante utilizado, já que se falava sobre uma ação contínua ocorrida no passado:

Eu *trabalhava* também... eu *pescava* quando *chegava* sábado *saía* da praça nove i meia deiz hora... i *puxava* o carro... *ia* pru sitio... *pegava* o caminhão... *carregava* o bote... i *ia* pro rio... *amanhecia* no rio... no oto dia meio dia uma hora *ia* chegando em casa pra almoçá... tomá um banho durmi... *levantava* sete hora seis hora i *cruzava* cum a namorada... nove i meia *ia* imhora né? nove i meia *ia* imhora em casa... descansá otra veiz... quatro hora quatro i meia *tava* im pé trabalhano pra trabalhá...

A credibilidade da narrativa, por outro lado, pode aparecer acompanhado de um dito popular, ou, novamente, estabelecendo uma relação entre o passado e o presente, demonstrando o quanto o passado era mais respeitador, como visto nesse trecho de P. de Itu:

I eu fui criada com a minha mãe... intão a gente tinha aquela cisma tanto di forma qui minha mãe dizia e falava “oi... tome cuidado” intão a gente tinha aquele sabe? aquele medo da mãe da gente... medo de apanhá... qui a gente apanhava memo... eu era sapeca né? intão de veiz em quando eu tomava uns cascudo memo... ((risos)) mas hoje é... hoje não pode nem batê mais né? iduca como era antigamente... *i nunca a gente morreu por isso como diz o ditado né?* ... i a gente foi bem educado a gente casô direitinho... i namorá a gente namorô muito mais sabia como namorá né?

Em se tratando das finalizações, como as narrativas eram livres, o próprio enunciador dava o fechamento às suas histórias por meio de questionamento, estabelecendo a relação com o receptor; ou por uso de conectivo, mas esperando que o receptor retomasse o turno; ou com o encerramento simples da sentença. O uso do termo “então” como conjunção é encontrado, por exemplo, na fala de B.T.B de Itu: “era caneta de tintero né... porque a gente tinha que levá aquela caneta de tinta e aquela canetinha com peninha de... comu é que chamava... aquelas peninha assim que a gente molhava e ia escrevendo... *intão...*”

A questão de se estabelecer a função fática é percebida no relato de H.P., de Piracicaba, em diversos momentos do diálogo. Tal função é notada naqueles informantes mais extrovertidos que aceitam a posição de enunciador absoluto com muito grado, porém, a todo momento da gravação, observa atentamente o seu receptor esperando a aprovação de seu diálogo. “Meu avô era tradicional na cidade... meu avô sempre foi relojoeiro... já... e logo em seguida já começo a profissão como relojoeiro né? só que não aprendi cum ele... fui aprendê a escapá na vida... *cê vê que engraçado?*”.

Por outro lado, os informantes mais objetivos, com as narrativas produzidas praticamente como obrigação – aceitaram contar sua história, e o fizeram de forma clara e pontual –, eram sucintos e finalizavam com certeza, ou seja, com o uso de assertivas, não esperando que o

receptor interrompesse alguma vez seu diálogo, como visto em M., também de Piracicaba: “Meu pai num ficava junto mai minha mãe ficava na cozinha... tocava fora uns gatos... *quando tocava fora uns gato e ele tinha que sabe que tinha que í embora...*”.

Dessa forma, percebe-se que a formação das narrativas, embora tragam traços comuns, também dependem da identidade particular de seus oradores. Por isso, embora contribuam para a constituição da memória histórica e coletiva, são os elementos morfossintáticos que constituem a caracterização individual na fala do indivíduo, sobrepondo sua narrativa pessoal a um formato único de texto. Isto é, mesmo que haja elementos comuns, ainda assim trazem traços singulares pertencentes tão somente ao dono da história.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Ferreira Netto (2008, p.54), as narrativas são justificadas “pelos seus propósitos de identificação social”, e percebemos a efetividade dessa afirmação por meio da riqueza de informações que simples histórias puderam nos trazer.

O fato coincidente de haver um ritual em cidades do interior, por exemplo, demonstra um fator social a ser recuperado em nossa história, principalmente pelo seu tempo de permanência que se deu até meados do século XX. Assim, elementos como a volta na praça, que poderiam ser considerados meramente anedóticos, revelam uma internalização de um comportamento social, capaz de demonstrar uma normatização de hábitos e costumes destas sociedades (BLOCH, 2002).

De modo a estabelecer um parâmetro, o levantamento de *corpus* para a realização da pesquisa estendeu-se até Portugal (GARCIA, 2015), porém, o hábito descrito pelos informantes do interior de São Paulo não era conhecido por lá, o que nos leva a supor que, caso tenha sido uma herança portuguesa, tal prática não se estendeu tanto quanto aqui, sendo esquecida antes por questões que incluem fatores socioculturais, como a urbanização, os casamentos realizados entre vizinhos e primos, entre outros. No caso, nas cidades paulistas visitadas no interior, a coincidência está no fato de terem sido cidades prioritariamente rurais e de os encontros acontecerem nos dias de missa, quando as pessoas deixavam suas residências e afazeres do dia a dia para irem ao evento social conhecido por todos.

Além disso, também é necessário notar a importância feminina no contrato de decisão de seus próprios relacionamentos: a pesquisa de Garcia (2015), de onde se originaram esses relatos, tratou também das cidades de Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba. Comparando-se as cidades, foi observado que, em Santana de Parnaíba, havia a separação social: os mais abastados frequentavam os clubes da cidade, onde era o ponto de encontro dos namorados. Porém, a prática de se iniciar o namoro ainda era uma decisão feminina, pois o consentimento apenas era dado após a apresentação do namorado à família.

Por fim, no que fora analisado sobre narrativas orais por Labov (1997), percebemos que a construção das narrativas do dialeto caipira são mais simples e pontuais. Em outras palavras, o enunciador não faz uso de inúmeros conectivos, de vocábulos eruditos ou de sentenças complexas. Logo, há o seguimento das observações de Labov, mas não uma padronização de fatores, tornando-se um contínuo: desta forma, há informantes que utilizam alguns conectivos de forma bastante repetitiva, mesmo que sejam “né”, “então” e “aí”, e outros que fazem a adição de ideia sem a presença de conjunções, fazendo construções de coordenadas assindéticas.

Embora se possa inferir que haja o fator timidez por parte do informante – ou seja, o anunciador não está completamente à vontade para contar suas histórias por o pesquisador tratar-

se de um desconhecido, logo, existe a possibilidade de o emissor monitorar sua fala -, o fato de todos os indivíduos terem uma escolaridade baixa pode ser um fator decisivo para a construção de histórias. As próprias marcas de oralidade denunciam a limitação do vocabulário e das construções mais complexas, como as verbais. Nota-se frequentemente a preferência pelo pretérito imperfeito no modo *realis*.

Sendo assim, pode-se concluir que o dialeto caipira possui uma marca antropológica, de conceito histórico, entoacional, lexical e também de narrativa oral, com construções ainda mais primárias e primitivas, mas, muitas vezes, objetivas.

## REFERÊNCIAS

- BLOCH, M. **Apologia da História ou do Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 2002.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- FERREIRA NETTO, W. **Tradição oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- GARCIA, R. R. **A entoação do dialeto caipira do Médio Tietê**: reconhecimento, características e formação. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Leon Shaffter. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HOLANDA, S. B. **Monções**. v. 8. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. **The journal of narrative an life history**, v. 7, n. 1-4, 1997.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change: social factors**. Oxford: Blackwell, 2001.
- LARAIA, R. **Cultura. Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed.12, 1999.
- RIBEIRO, D. **Estudos de antropologia da civilização**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, ed. 20, 1995.
- SCHIMITT, J. **O Corpo das Imagens**. Bauru: EDUSC, 2007.
- SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a linguística aplicada contemporânea. In: MOITA LOPES, L. P. (Orgs.) **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo, 2006, p. 169-190.